



O Estado em disputa

Debate Docentes discutem a amplitude e os limites da ação de entes públicos e privados

O aumento das desigualdades no Brasil é um dos drásticos componentes que fazem parte do relatório *Repensem o trabalho, não a riqueza*, desenvolvido pela Oxfam Brasil e lançado no início deste ano. De acordo com o estudo, o patrimônio somado dos bilionários brasileiros cresceu 13% em 2017. Em contrapartida, os 50% mais pobres tiveram uma redução de renda de 2%.

Para dar uma noção de tal desigualdade, a professora Céli Pinto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, remete ao conceito de bem-estar social. Segundo ela, basta caminhar na avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, e comparar com a principal rua de Copenhagen, na Dinamarca. “Pronto, não precisa mais nada. Tá ali o que é bem-estar social. Não precisa nem buscar dados. As pessoas têm direitos básicos. Trata-se de uma sociedade que dá aos cidadãos condições mínimas para se desenvolverem. Aqui não se dá.” O professor Marcelo Portugal, da Faculdade de Ciências Econômicas, no entanto, considera impossível medir bem-estar social e defende a relevância dos índices de produção de riquezas. “Se nós pensarmos em desenvolvimento como PIB – para ter bem-estar tem que ter bens e serviços –, claramente é possível ter uma sociedade rica com uma distribuição de renda muito desigual. Não estou dizendo que é bom, mas é possível. E se nós acharmos que não é bom, como resolvemos isso?”, pontua o economista. Nesse contexto, de acordo com o professor Aragon Érico Dasso Júnior, da Escola de Administração, “não é qualquer concepção de Estado que realiza direitos sociais da forma como está na Constituição: saúde e educação como dever do Estado e direito para todos”.

Somos capazes de viver sem uma entidade que nos represente? Podemos atingir um estágio de desenvolvimento com a concentração de renda que vivemos? Com essas provocações, o JU promoveu um debate com a participação dos três docentes. A seguir, destacamos tópicos abordados por eles.

Desenvolvimento

Céli Pinto – Se nós pensarmos no Brasil ou em qualquer outro país do mundo, nenhum deles conseguiu ter um desenvolvimento razoável capaz de dar qualidade de vida ao seu povo com os níveis de desigualdade social que nós

temos no Brasil. Temos uma desigualdade tão profunda que nos incapacita de construirmos uma sociedade mais justa. Essa é uma desigualdade estrutural e histórica que precisa ser enfrentada, e acho que nenhum governo enfrentou no Brasil.

Aragon Dasso Júnior – Evidentemente não podemos atingir o estágio de desenvolvimento com a concentração de renda que vivemos. Evidentemente que não, mas também temos que discutir o conceito de desenvolvimento. Eu vejo desenvolvimento como um bem-estar, um bem-estar coletivo, e não como riqueza. Parto de uma premissa mais ampla, mais interdisciplinar de desenvolvimento não associado exclusivamente à riqueza.

Marcelo Portugal – O Estado, para o economista tradicional do século XX, era alguém que resolvia os problemas. No final do século XX e início do XXI, boa parte da teoria econômica começou a se dar conta de que o Estado é formado por pessoas e que essas pessoas possuem agendas próprias e, portanto, assim como existem falhas de mercado, vão existir falhas de Estado. Nem sempre o Estado resolve os problemas de que o mercado não consegue dar conta. Sim, temos que ter o Estado, mas ele não é a única forma de organizar. Ele divide essa função com o mercado. Temos que acertar o equilíbrio entre o papel de um e de outro. Quanto à questão do desenvolvimento, depende do que se entende por isso. Se desenvolvimento é bem-estar dos indivíduos, é uma coisa; se é simplesmente riqueza, é outra, totalmente diferente. Então, se nós pensarmos em desenvolvimento como riqueza, como PIB (Produto Interno Bruto) – para ter bem-estar tem que ter bens e serviços –, claramente é possível ter uma sociedade rica com uma distribuição de renda muito desigual. Pensemos na Inglaterra vitoriana, por exemplo. Uma sociedade extremamente rica e opulenta para os padrões da época e extremamente desigual. Pensemos na parte capitalista da China hoje, que é o litoral. Não estou dizendo que é bom, mas é possível. E, se nós acharmos que não é bom, como resolvemos isso?

Céli – Eu não entendo ou entendo muito pouco de economia, mas concordo plenamente que a ideia de desenvolvimentismo é uma

ideia complicada de se discutir se estamos pensando em Estados com maior igualdade social, com maior distribuição de renda. Nem sempre os grandes PIBs do mundo garantem isso, como Marcelo acabou de dar o exemplo da China. Acho que devemos vestir esse Estado com a luta política que isso envolve.

Aragon – Não considero que o mercado seja uma entidade nem tenha capacidade de organizar. Também não considero que a sociedade civil seja uma entidade e tenha capacidade de organizar. As transformações se dão pelo Estado, e a sociedade civil pressiona. Até num conceito de Estado ampliado gramsciano eu entendo sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil pressiona a sociedade política para a realização de determinados direitos, mas ela tem que estar dentro desse conceito mais ampliado de Estado. O mercado, sim, está fora desse conceito, porque tem outras premissas. Agora, a sociedade civil não pode ser substitutiva da sociedade política. Aí a entrada desse conceito de terceiro setor e que gera uma confusão tremenda, porque temos uma gama tremenda de mercado disfarçado de sociedade civil, tentando prestar serviços públicos e tentando, de alguma forma, substituir a administração pública como braço administrativo político de uma liderança, de um governo.

Representação

Aragon – A questão da legitimidade da liderança tem um papel importante. Porque, se concordamos que é uma abstração, temos que debater essa liderança. O quanto ela é legítima ou o quanto tem legitimidade pra governar livremente por um período x de tempo ou que possa governar apenas sem descumprir a lei, mas sem que a legitimidade seja ferida a todo o momento. Há um esgotamento no modelo de liderança baseado na representação, e essa representação de tempo em tempo é renovada. E aí entra novamente a concepção de Estado. Por exemplo, se eu vou realizar um direito social dessa ou daquela forma, vou excluir o SUS (Sistema Único de Saúde) ou não vou excluir o SUS, isso precisa passar por um acordo social, precisa passar por algum grau de consulta vinculante. E não apenas os representantes tomando

decisões. [...] Outro conceito que eu queria trazer é o de sociedade civil, porque ele é decisivo neste debate.

Céli – Quando se fala em sociedade civil, temos que pensar que é uma sociedade recortada por classes, gêneros, raça, trabalho... Às vezes ela é vista assim, como Estado, economia e sociedade civil como um bloco monolítico. Eu também não acho que sociedade civil possa substituir o Estado. Quando substitui, fracassa. Sou uma pessoa que acha que representação nos representa. Tenho muito medo desse sonho do referendun. Essa coisa de chamar o povo para dar opinião em cima de propagandas e medos. Eu estive na Inglaterra durante o Brexit (referendo que decidiu a saída do Reino Unido da União Europeia), e as pessoas estavam em pânico. Mas a sociedade civil tem uma coisa, ela tem a força dos movimentos sociais. Nós temos estudado muito pouco isso. Hoje em dia, no Brasil, a força de movimentos comandados por jovens não é pouca coisa. Por todos os lados, direita, esquerda, centro. Feministas, negros e LGBT. Todos. Temos uma sociedade civil muito viva e jovem, mas descolada da política, esse é o problema. Ela tem que ser viva, mas em algum momento precisa se colar à política. As questões que se levantam são fundamentais, mas parece que o link da sociedade civil com a política se rompeu. Acho que o Brasil que vai conseguir se redemocratizar no momento em que a vivacidade que tem a sociedade civil conseguir se colocar politicamente. A democracia brasileira precisa ressurgir daí, senão vamos estar eternamente nesse problema de ‘ficar fazendo campeonato de quem é mais corrupto’, e isso não vai levar ninguém a lugar algum.

Aragon – Existem pontos de convergência e divergência nessa questão da sociedade civil. Considero que um ponto de convergência importante é a questão dos movimentos sociais. Me parece que ele é o oxigênio do conceito de sociedade civil. A minha crítica está relacionada ao fenômeno da “onguização”, ou seja, a multiplicação exponencial dessas figuras. Tu tens lá dois mil, três mil associações em meados dos anos 90 e hoje existem trezentas mil. Não é em razão de a sociedade brasileira ter ficado mais solidária e mais preocupada com o outro. Claramente é um mercado dis-

farçado de ONG. Os movimentos sociais são diferentes. Eles têm essa base popular e essa reivindicação quanto à sociedade política. Estão cobrando do Estado, fazendo pressão e lutando pela efetivação de direitos. Enquanto o fenômeno da “onguização” é a multiplicação dessas figuras em substituição ao Estado como prestador de serviço.

Serviço público

Aragon – Os direitos individuais – propriedade, vida, liberdade, segurança jurídica e igualdade perante à lei – são um arranjo que a gente encontra em quase todos os Estados no mundo hoje – aliás, tenho uma curiosidade: eles deixaram de ser chamados, pelo menos do ponto de vista da ordem interna, de direitos humanos. São chamados direitos fundamentais para poder garantir a abstração da pessoa jurídica. A questão da não realização dos direitos sociais, econômicos e culturais é o que de fato molesta. Porque aí é que a abstração do Estado não resolve, e a concepção de Estado é que vai fazer o enfrentamento desse debate. Os direitos chamados materiais não são cláusulas pétreas. O SUS pode desaparecer da nossa Constituição, a qualquer momento, por uma emenda constitucional. Ele não é uma garantia.

Marcelo – O professor Aragon menciona direitos individuais – como direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei – e direitos sociais – que é o direito à educação, direito ao SUS. Eu gosto de dividir essas coisas entre direitos e benefícios, porque direitos são coisas que qualquer sociedade em tese deve garantir. Agora, tem outras coisas que sociedades ricas oferecem que outras que não são ricas não oferecem. E às vezes até as ricas não oferecem. Eu não estou dizendo que sou contra; sou a favor. Mas acho que tem de ser claro que é um benefício que é dado. Ninguém precisa transferir recursos para garantir direito à liberdade. Agora, para garantir o SUS, tem que taxar um e dar dinheiro a outro. E, para garantir o nível do SUS, alguém tem que fazer o serviço. Educação é a mesma coisa. Alguém vai ter que ir lá, e esse alguém é o tal do Estado. São benefícios sociais. São bons e devem existir. A gente bota como direitos porque quer passar uma coisa pela outra e dizer que são iguais, mas não são. São de natureza totalmente diferente.



Os professores Marcelo Portugal, das Ciências Econômicas, Céli Pinto, da Ciência Política, e Aragon Dasso Júnior, da Administração Pública



FOTOS VANESSA PETUCCO/UFU

Quando o professor Aragon diz que liberdade e direito à vida estão garantidos porque todo mundo faz, isso é porque não dependem do nível de riqueza e solidariedade social. Os chineses até hoje não têm previdência pública. Acho bom que a gente tenha, mas tem que ter consciência de que isso tem um custo. Pode ser feito pelo setor público ou privado. Temos um bom exemplo aqui que é a Santa Casa. Uma entidade privada. Ela atende pessoas e atende ao SUS. Aqui ela perde dinheiro, aqui ela ganha dinheiro. Transfere daqui para cá. Todo ano, a Santa Casa tira 150 milhões de reais que ganha atendendo particular e bota isso para cobrir os 60% dos atendimentos SUS. Ela tem uma série de benefícios fiscais, mas os benefícios não pagam o SUS. A Santa Casa faz o que o Estado faria.

Aragon – O conceito de mínimo existencial é isto: o que eu devo garantir minimamente para cada uma das pessoas. E daí a gente deve debater se essa garantia deve servir como uma contraprestação financeira ou se é uma obrigação estatal mesmo. Aí entra a discussão entre direito e benefício. Eu entendo como direito, não penso como benefício, uma dádiva. Porque, se não for um direito, esse Estado não é mais legítimo para mim. Se o Estado não me garante saúde, bom, então interessa reconhecer o direito à vida do outro? Aí é um passo para isso acontecer.

Céli – Eu queria voltar à Santa Casa. Não tenho nada contra a competência fantástica da Santa Casa, mas a questão é que não é da natureza do serviço público ser mau e ser ruim. Se a gente pegar a Inglaterra, que transformou seus serviços em caridade – o serviço inglês era muito bom e agora está muito ruim. Acho que a questão não é comparar a Santa Casa com o serviço público, mas sim não atribuir a natureza de ruim ao serviço público. Se o Brasil aumentou a expectativa de vida da sua população, o SUS não é um fracasso absoluto.

Nacionalismo

Céli – Se pensarmos na comunidade europeia, que começou lá em 1956 com o tratado de Roma, a tentativa foi exatamente de afrouxar os laços do Estado Nacional e criar alguma coisa supranacional para diminuir a possibilidade de guerra e gerar uma situação mais justa. A ideia de Estado Nacional

já não dava conta das questões fundamentais das sociedades e, inclusive, de uma convivência pacífica e uma circulação econômica e de pessoas, circulação da ciência, como se pensou na Europa. O que nós temos hoje é uma reversão muito assustadora disso. Ou seja, temos um hiper-nacionalismo surgindo na Europa. Todos esses partidos de extrema direita que aparecem na Áustria, na Bélgica, na França, na Itália, na Alemanha, na Inglaterra – o Brexit é uma prova disso – são absolutamente nacionalistas. Quando pensamos em Estado, temos de pensar também em como é que ele se mexe historicamente, e ele está se mexendo de uma forma muito confusa. Temos sempre de ver o que estamos pensando quando falamos nesse Estado. Ou seja, ele é a forma de organização da sociedade? Ele é a organização pública da sociedade através de leis para todos? Ele tem responsabilidades públicas? Agora, também o Estado é apropriado por grupos que o disputam legitimamente. A política é, em última instância, a disputa do Estado.

Marcelo – Existe algo de ruim acontecendo no mundo que está associado a isso que a professora Céli mencionou que é um ressurgimento dessa ideia do nacionalismo – o presidente Trump está colocando muito claramente isso. Acho que essa questão realmente é um problema. E o principal medo é que chegou nos Estados Unidos, porque representam 20% do PIB do mundo, ou pouco menos, talvez 18%. Não só por causa disso, mas porque eles têm lá não sei quantos porta-aviões, bombas – um poderio militar enorme. Realmente assusta. Acho que esse é um tema que pode gerar muito problema para o mundo. Na última vez que isso deu problema na Europa, morreram, sei lá, 60 milhões de pessoas. Então, não é um troço trivial. A globalização serviu, no mundo pós-segunda guerra, como uma forma de pacificar a relação entre os países. Tem uma piada que diz: quando os comerciantes param de cruzar fronteiras entre os países, não passa muito tempo os exércitos começam a cruzá-las. A melhor forma de você não brigar com alguém é ter uma relação tão forte, tão forte, que o seu interesse é o mesmo do outro. [...] Depois de 1945, tentou-se criar instituições supranacionais: Banco mundial, Fundo Monetário Internacional, o Acordo Geral de Tarifas,

que depois virou a Organização Mundial do Comércio, a própria Organização das Nações Unidas. Essa ideia da potência pacífica, que os mercados globalizados têm, está se perdendo. E o engraçado é que sempre veio pela esquerda isso. O Bill Clinton propôs a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que era fazer um Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA) um pouco maior, como a comunidade europeia. E quem foi contra foi a esquerda nos diversos países. Eu acho que erradamente – sou um cara claramente internacionalista, gosto de coisas abertas, de fronteiras abertas, baixa tarifa, gosto que as pessoas, os bens e o capital possam migrar de um lado para o outro. Sou totalmente favorável a movimentação de capital, produtos e pessoas.

Aragon – Tenho uma divergência importante com essa questão das organizações internacionais e quero deixar bem clara. O NAFTA não pode ser exemplo para nada, em minha opinião. Essa é uma organização intergovernamental. Daí a gente já não vai mais estar falando de organizações internacionais supranacionais. Depois do fim da Guerra Fria, os Estados Unidos viram mais ou menos assim: “Para que me serve esse mundo organizado dessa maneira, com organizações internacionais, se eu posso ditar regras?”. Aí que entra a grande questão. Essas organizações internacionais não são organizações neutras, elas têm donos. Então, se olho lá para o próprio FMI ou para o Banco Mundial, os países têm cotas que eles aportaram de capital desde a fundação dessas agências financeiras – e assim se estabelece o maior ou menor peso para o seu voto. Se não estou equivocado, os Estados Unidos continuam sendo o único país que tem direito de veto tanto num como noutro, porque têm mais de 16% do capital. Mas a questão central é que essas organizações internacionais são, via de regra, intergovernamentais, ou seja, o Estado Nação dita as regras dentro dela. Não são supranacionais no sentido de uma soberania compartilhada. O único exemplo que a gente tem de soberania compartilhada é a União Europeia, e mesmo assim limitada, ou seja, está num estágio avançado para o resto do mundo, mas limitado, cheio de fases incompletas. O que eles



conseguiram chegar em acordo foi a zona de livre comércio e a união aduaneira, que vêm avançando mais. No caso do NAFTA, da ALCA, especialmente, me parece, sim, haver uma oposição. Eu entendo que a ALCA era prejudicial porque era só uma zona de livre comércio. Se isso fosse um ponto de partida para que um dia nós chegássemos lá num mercado comum, num modelo do tipo da União Europeia, eu poderia até dizer: “Bom, é processual”, mas nunca isso foi colocado sobre a mesa, nunca foi a ideia dos Estados Unidos. O que circula, na minha opinião, é capital, e as pesquisas mostram. Não circulam pessoas, não circulam trabalhadores; bens circulam se eu tiver capacidade de compra, se não também não vão circular, mesmo que estejam à disposição. Então, nessa amplitude de livre articulação de um monte de coisas, o que interessa mesmo é a circulação de capital, para que ele possa eventualmente especular e voltar. [...] Se queremos ter um organismo supranacional, a gente vai rediscutir o modelo de Estado, a gente vai rediscutir o que significa o poder legislativo e o poder judiciário, porque eles também têm que ser supranacionais: tem que eleger deputados e criar um judiciário que aplique sentenças e tome decisões. A gente não quer isso, só quer o livre comércio. E o mundo inteiro só quer o livre comércio nesse sentido mesmo de zona livre. E aí eu vou para o empirismo, professor Marcelo: os exemplos mostram que o mundo não quer nada além de livre comércio, ele não quer chegar na livre circulação de trabalhadores e de pessoas; a União Europeia é exceção. A gente pode buscar na história da metade do século XX para cá que a gente não encontra.

Marcelo – O ponto é que, na União Europeia e em outras

experiências desse tipo, quanto mais você integra economicamente, isso vira um processo em que você sai de uma mera aliança para a movimentação de bens e capital e vai para a movimentação de pessoas. O livre comércio é o primeiro passo para um acordo muito mais amplo. Só o livre comércio já é um grande avanço, mesmo que fique só nisso, porque aumenta o PIB. Quanto mais a gente dá liberdade de movimento para bens, serviços e pessoas, mais o PIB geral aumenta, mas sempre tem algum grupo que perde, o que gera o voto no Trump. A Dilma e o Trump agiram igual, esquerda e direita são idênticas nesse aspecto. Ambas são protecionistas. O Trump tirou os impostos das empresas lá, a Dilma desonerou aqui. O Trump fecha a economia, colocando tarifas lá; a Dilma fez a mesma coisa aqui. Você acha que o maior protecionismo vai acabar com a miséria da Bolívia? Não, aumenta. A Bolívia é o caso mais emblemático de aplicação do socialismo. Já era ruim, mas hoje está muito pior. Mas o que vemos ao longo do tempo é que o livre comércio aumenta o PIB. Essa ideia de proteger o capital nacional é um atraso. Esse atraso que era da esquerda latino-americana agora é da direita norte-americana. A gente tem que se desapegar desses atrasos. O mundo só melhorou nos últimos anos. A distribuição de renda no mundo melhorou. Nos Estados Unidos piorou, mas no mundo melhorou. Tem muitos chineses e indianos que saíram da linha de pobreza. É óbvio que o mais difícil não é a livre circulação de bens e capital, mas a livre circulação de pessoas. Isso não tem a ver com economia, mas com nossos sentimentos de ver o outro como o diferente. E o diferente eu não quero que venha para o meu país.